



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 869/2015–ML

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 28.563/2007 – Apenso: Processo nº 390.000.554/2007

EMENTA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. APURAÇÃO DE PREJUÍZOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 5/2000. IDHAB E CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA LTDA. CONSTRUÇÃO DE 11 UNIDADES HABITACIONAIS NO PROJETO VILA TECNOLÓGICA DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO Nº 1.419/2014. PROCEDÊNCIA DE UMA DEFESA. IMPROCEDÊNCIA DE OUTRAS. REVELIA. CIENTIFICAÇÃO DE RECOLHIMENTO SOLIDÁRIO DO DÉBITO APURADO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO PELA CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA LTDA. CONHECIMENTO DA PEÇA RECURSAL PELA DECISÃO Nº 5.230/2014. ÁREA TÉCNICA SUGERE O DESPROVIMENTO DO RECURSO. AQUIESCÊNCIA DO **PARQUET** ESPECIALIZADO.

1. Os autos do processo em epígrafe tratam da Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar prejuízos ao Erário decorrentes da execução do Contrato nº 5/2000, firmado entre o extinto Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – IDHAB e a Construtora Borges Teixeira Ltda. para a construção de onze unidades habitacionais no Projeto Vila Tecnologia do Distrito Federal (fls. 1/11).

2. Em 1º/4/2014, o e. **TCDF** proferiu a r. Decisão nº 1.419/2014 (fl. 500), nos seguintes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar: a) procedentes os argumentos de defesa do Sr. ABÍLIO DE SOUZA SUCUPIRA; b) improcedentes os argumentos de defesa do Sr. RAIMUNDO GUANABARA JÚNIOR e da CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda.; c) nos termos do § 3º do art. 13 da LC nº 01/94, revel, para todos os efeitos, a Sra. GLORIA REGINA ROSA; II - cientificar o Sr. RAIMUNDO GUANABARA JÚNIOR e a CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda. para que efetuem, solidariamente, no prazo de 30 (trinta) dias, o recolhimento aos cofres do Distrito Federal do valor de R\$ 68.169,89 (sessenta e oito mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos), atualizado em 25/07/2013, em razão do pagamento por serviços não executados no Contrato nº 005/2000, firmado entre o então IDHAB e a Construtora Borges Teixeira Ltda., bem como a Sra. GLÓRIA REGINA ROSA, no valor de R\$ 23.021,91 (vinte e três mil, vinte e um reais e noventa e um centavos), atualizado até 25/07/2013; III - dar ciência desta decisão aos responsáveis pessoalmente ou por seus representantes legais; IV - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas para acompanhamento.”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

3. Regularmente notificados (fls. 504/506) da supracitada deliberação, somente a Construtora Borges Teixeira Ltda., por meio de advogado, interpôs Recurso de Reconsideração (fls. 510/521) em face do r. **Decisum**, conhecido por este e. **Tribunal**, por intermédio da r. Decisão nº 5.230/2014 (fl. 527).

4. O Corpo Instrutivo, por meio da Informação nº 221/2015 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 533/539), analisou detidamente e refutou cada uma das alegações recursais, concluindo, ao final, pelo **desprovimento** do apelo.

5. Ademais, relembrando os termos da r. Decisão recorrida e, levando-se em conta a ausência nos autos de qualquer manifestação dos Srs. Raimundo Guanabara Júnior e Glória Regina Rosa, seja atinente à interposição de Recurso de Reconsideração, seja atinente ao recolhimento dos ressarcimentos imputados pela deliberação supra, propôs que o julgamento irregular das contas em análise se dê em momento oportuno, considerando a possibilidade de ressarcimento integral do débito apurado, no valor de R\$ 76.529,71¹, pela Construtora Borges Teixeira Ltda., ora recorrente.

6. Desse modo, a Área Técnica sugeriu ao e. **Plenário** desta c. **Corte de Contas** que:

“I. negue, no mérito, provimento ao recurso de reconsideração interposto pela CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA Ltda. contra a Decisão nº 1.419/2014;

II. por conseguinte, cientifique a construtora citada no item anterior para que comprove o recolhimento, em novo prazo de 30 (trinta) dias, aos cofres distritais, do valor do prejuízo identificado, no montante de R\$ 76.529,71 (atualizado até abril/2015), atualizado monetariamente;

III. autorize a devolução do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.” (Fls. 538/539).

7. Após este breve relato, passo à análise do presente feito.

8. Prefacialmente, registro que este **Parquet** especializado possui entendimento **congruente** ao esposado pelo Corpo Instrutivo em seu documento técnico. Nada obstante, não é despidendo perpassar os argumentos recursais apresentados pela Construtora Borges Teixeira Ltda., a fim de dirimir qualquer dúvida quanto às irregularidades verificadas nos autos.

9. As manifestações apresentadas pela recorrente podem ser assim resumidas: a) houve a prestação do serviço e a ocorrência de prejuízo se deu pela inércia da Administração; b) a tecnologia usada para a construção foi avaliada pela Comissão de Licitação e autorizada por ela, sem prejuízo para a obra; c) a paralisação da obra foi responsabilidade da Administração; e d) todas as medições foram atestadas pela fiscalização.

¹ Atualizado até abril de 2015 (fl. 532).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

10. Sobre os argumentos acima, cumpre trazer à baila parte da análise feita pelo Corpo Técnico, cujos principais excertos transcrevo abaixo:

“(…)

4.1.1. *A simples alegação de que houve a prestação do serviço contratado não deve ser suficiente para descaracterizar o prejuízo, ainda mais quando o Relatório da Situação Atual e Pendências (fls. 31/51 do Processo nº 390.000.554/2007), elaborado pela então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF - SEDUH, apontou a não execução avaliada em R\$ 30.395,03.*

(…)

4.2.1. *Esta TCE não questiona a substituição do sistema monolite pelo hi-tech, muito pelo contrário, a Informação nº 83/11 – 3ª ICE/Divisão de Contas (fls. 161/172) argumentou, no tópico ‘Da tecnologia empregada na construção das unidades habitacionais’ (fls. 168/169), que ‘a suposta divergência de tecnologia não teve o seu impacto financeiro mensurado na fase interna da TCE. Em face das observações acima, entendemos que a falha não enseja a adoção de providências pela Corte, porquanto eventual discrepância existente entre os custos de produção não repercutirá significativamente no valor do prejuízo apurado nestes autos.’*

4.2.2. *Em cota complementar, o Diretor da 3ª ICE (fls. 173/175) indicou o valor do prejuízo identificado como sendo o relativo ao pagamento de serviço não executado, no montante de R\$ 30.472,58 (valor em 2001) e não quanto à utilização de metodologia diversa na construção.*

4.2.3. *Desta forma, a alegação apresentada não enfrenta a questão tratada nesta TCE.*

(…)

4.3.1. *Os fatos apontados poderiam, a princípio, gerar adequação contratual com relação ao valor contratado, mas nunca, a paralisação da obra e/ou sua inexecução parcial, tendo em vista que a construção visava o interesse público. Tanto é verdade que a Administração, após a desistência da recorrente, firmou outro ajuste para terminar a execução da obra em comento.*

4.3.2. *Mesmo entendendo como verídicos os fatos apresentados, sem suporte documental, a recorrente recebeu recursos públicos além do efetivamente executado, não cabendo alegar morosidade da Administração.*

(…)

4.4.1. *Os responsáveis pelas medições das etapas da obra também foram considerados solidários com o prejuízo identificado nesta TCE, tendo em vista que os atestados não condiziam com a realidade, conforme Relatório da Situação Atual e Pendências (fls. 31/51 do Processo nº 390.000.554/2007), elaborado pela então SEDUH, que apontou a execução parcial da obra.” (Fls. 534/537 - Grifos acrescidos).*

11. Dos excertos acima destacados e dos documentos que instruem os autos, parece-me **irrepreensível** a análise feita pelo Corpo Instrutivo. Assim, quanto às alegações recursais, convém registrar que **já foram amplamente examinadas e especificamente refutadas em outra oportunidade nos autos**, nos termos da análise feita pela Informação nº 178/2012, presente às fls. 453/462, que fundamentou o r. **Decisum** ora recorrido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

12. A propósito, transcrevo a análise pretérita, que me parece ser, novamente, aplicável ao caso:

“III – CONSTRUTORA BORGES TEIXEIRA LTDA. – fls. 265-284

25. Por meio de seu advogado, a Construtora afirmou que:

a) a tecnologia utilizada para a construção foi avaliada pela comissão de licitação e por ela autorizada, utilizando-se, na verdade, da mesma tecnologia, só que com nomenclatura diferente, o que não alterou em absolutamente nada na execução da obra e, muito menos, causou prejuízos ao Erário;

b) a obra ficou paralisada em virtude de não ter a Administração do Guará repassado a cota de soleira e posteriormente pela falta de empenho para o pagamento à construtora, o que acarretou desequilíbrio econômico-financeiro e inúmeros prejuízos à defendente;

c) quanto à alegação de recebimento por serviços não prestados, esclarece que o laudo foi realizado 10 meses após a paralisação da obra, ou seja, não houve parâmetro algum, eis que, uma vez abandonada a obra, a mesma se depreciou com a ação do tempo e clima do local, sem a devida manutenção;

d) todas as medições realizadas na obra foram atestadas pela fiscalização. Conforme se verifica nas defesas dos Srs. Abílio de Souza Sucupira e Raimundo Guanabara Junior tudo que foi pago, foi devidamente executado.

(...)

III.1) Análise das alegações de defesa

27. A defesa apresentada pela contratada ateu-se somente em tentar impor à Administração o ônus pela paralisação da referida obra, argumento que não socorre à defendente.

28. A verificação da responsabilidade da Administração, quanto à eventuais prejuízos suportados pela Construtora, por irregularidades que tenha dado causa, deveria ter sido oposta à época e pelos meios e instrumentos legais e contratuais disponíveis.

29. A respeito de não ter havido parâmetro algum na verificação da execução dos serviços, porque, estando abandonada, a obra sofreu a depreciação com a ação do tempo e do clima local, sem a devida manutenção, essa argumentação também não merece prosperar. No exame dos serviços conclusos, conforme atestado às fls. 6-21, foram levados em consideração somente os serviços efetivamente executados, sem considerar o seu estado de conservação. O dano foi quantificado por aquilo que não foi entregue, em comparação com o cronograma, e não pelo serviço que deveria ser feito por conta da degradação ocasionada pelo tempo, tanto é assim que o valor pago para o término da obra não foi incluído no ressarcimento ao erário.*

30. O outro fundamento de defesa alegado é o de que os serviços foram devidamente atestados pelos servidores, não havendo falar em serviços não executados. Essa tese já foi repelida no momento em que foram também citados os referidos servidores que atestaram a conclusão dos serviços, visto que se encontram nos autos elementos que comprovam a não execução dos serviços nos percentuais atestados (fls. 6-21).*

31. Como a defendente não trouxe elementos suficientes a elidir as irregularidades apontadas, mostra-se improcedente, no mérito, a defesa apresentada.” (Fls. 459/461 – Grifos acrescidos).

13. Com efeito, percebe-se que a Construtora Borges Teixeira Ltda. **não trouxe aos autos quaisquer elementos suficientes para elidir as irregularidades apontadas, de**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

modo a comprovar a execução integral dos serviços nos percentuais atestados, correspondentes aos valores recebidos pela recorrente. E, em sede de recurso, não foi diferente, eis que a interessada trouxe os **mesmos argumentos** já debatidos nos presentes autos.

14. Nessa esteira de entendimento, este Órgão Ministerial de Contas conclui pela **improcedência** das razões recursais apresentadas pela Recorrente, devendo o recurso ser, portanto, **desprovido** por esta e. **Corte de Contas**.

15. Ainda em congruência com o Corpo Instrutivo, se não recolhido o débito no prazo assinalado, opino para que o c. **Tribunal** julgue irregular as contas da Construtora Borges Teixeira Ltda. e demais responsáveis solidários.

16. Ante o exposto, este **Parquet** especializado **converge** com as conclusões emanadas da percuente Unidade Técnica e, neste sentido, opina pelo acolhimento **in totum** pelo e. **Plenário** das sugestões contidas na Informação nº 221/2015-SECONT/3ª DICONT, fls. 533/539.

É o Parecer.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador